

Segurança é tema de discussão

O diretor do Interlegis, Paulo Fontenele, comentou ainda a importância da utilização do sistema em outras atividades, a exemplo da audiência criminal realizada no último dia 22, em São Paulo, por meio de videoconferência, para ouvir depoimentos sobre o caso PCC – Primeiro Comando da Capital.

A juíza, Carmem Lúcia da Silva, que estava situada no Fórum da Barra Funda, estava interligada simultaneamente por meio do equipamento com a testemunha localizada no Centro de Detenção Provisória do Belém e com os acusados, na Penitenciária de Presidente Bernardes, interior de São Paulo.

O processo criminal foi assistido também pelos senadores na sede do Interlegis. O assunto que já tomou proporções maiores com a falta de legislação sobre interrogatórios à distância poderá ter um rumo determinado na próxima semana.

O projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL/SP), que regulamenta o uso de videoconferência na tomada de depoimento judiciais, será votado, na próxima terça-feira, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Para Fontenele, a utilização do sistema será uma solução para evitar os riscos da população com a remoção de presos, além de acabar com os altos gastos do governo. **(L.G.)**